



NACIONALISMO E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Ana Rita Dias¹

Membro Associado do Observatório Político

Abstract

A forma tradicional de organização política, o Estado-Nação, tem vindo a ser cada vez mais desafiada pelo aprofundamento da cooperação internacional, em grande parte potenciado por fenómenos como a Globalização, ou a difusão de ideais cosmopolitas. Poder-se-á ainda falar em nacionalismo no mundo ocidental contemporâneo, ou estará a sociedade a evoluir no sentido de uma verdadeira comunidade global? Tendo em conta a importância dos sentimentos de pertença e identificação individual na manutenção de soberania, torna-se relevante analisar em que medida estas emoções transcendem já – ou não – o Estado-Nação. Estaremos perante a criação de uma identidade individual verdadeiramente global?

“One reason that the nation-state will never disappear, even if it does weaken, is because it is the ultimate expression of whom we belong to – linguistically, geographically and historically.”

Thomas Friedman

I – Introdução

Em 1648, a assinatura dos Tratados de Vestfália não só pôs fim à Guerra dos Trinta Anos, como potenciou a emergência de um novo actor no panorama internacional – o Estado-Nação. Ainda que este processo de formação de Estados não se tenha desenrolado de forma linear e automática – veja-se, por exemplo, o caso da Europa de Leste, em que, por força da existência de impérios que impuseram a sua soberania sobre estes territórios, este processo foi consideravelmente tardio e acrescido de obstáculos – foi sem dúvida um marco importante nas Relações Internacionais, com repercussões até aos dias de hoje.

O nacionalismo, apesar de apenas surgir enquanto movimento consolidado no século XIX, exerceu uma forte influência neste processo de criação de Estados-Nação, na medida em que potenciou a criação de uma identidade comum que permitiu o estabelecimento de noções mais duradouras de sabedoria. Ainda que, numa primeira fase, o nacionalismo tenha tido este carácter positivo, benéfico,

¹ Mestranda em Comunicação Estratégica pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais pela mesma instituição.



de criação de identidades, o que ficou na História foi o seu “lado negro”². De facto, a exacerbação de movimentos nacionalistas teve consequências devastadoras, levou a inúmeros conflitos armados, ao aumento de animosidade entre países vizinhos, ao isolamento de Estados, a uma dinâmica de “nós contra eles”.

É importante, contudo, não esquecer que estes acontecimentos não esgotam a definição de nacionalismo e que este não é um fenómeno do passado. Um nacionalismo mais fraco, mais moderado – alguns dirão até “democrático” – existe nos dias de hoje no mundo ocidental, nas nações que se auto-denominam “nações sem nacionalismo”³, representando funções fundamentais quer na esfera internacional, quer na esfera individual.

O objectivo desta pequena reflexão é então o de analisar a força do nacionalismo na contemporaneidade, em Estados Ocidentais que se orgulham de, teoricamente, terem ultrapassado estes movimentos, cruzando-a com alguns desafios que poderão pôr em causa a própria existência do Estado-Nação enquanto actor de realce nas Relações Internacionais. Falamos aqui de temas como a globalização, o cosmopolitismo, ou o supranacionalismo patrocinado pela União Europeia, cuja relação com o nacionalismo veremos de seguida.

II – “Nacionalismo Fraco” e Criação de Identidades

Antes de enveredarmos por uma observação mais detalhada do objecto deste ensaio, convém talvez esclarecer alguns conceitos fundamentais à temática em mãos, nomeadamente os conceitos de Estado, Nação e Nacionalismo.

De facto, “Estado” e “Nação” não são conceitos equivalentes, nem coexistem necessária e obrigatoriamente num *continuum* temporal – voltando a nossa atenção, mais uma vez, para o caso da Europa de Leste, os Estados existentes nestes territórios eram muitas vezes multi-étnicos e multi-nacionais, não existindo verdadeiramente uma “nação”. Segundo o sociólogo Max Weber, um Estado define-se como “(...) a human community that (successfully) claims *the monopoly of the legitimate use of physical force* within a given territory”⁴. Já o conceito de “Nação”, segundo Guibernau, corresponde a “a human group conscious of forming a community, sharing a common culture, attached to a clearly demarcated territory, having a common past and a common project for the future and claiming the right to rule itself.”⁵

² Guibernau, Montserrat. 2013. 'Nationalism versus Cosmopolitanism: A Comparative Approach'. *Journal Of Catalan Intellectual History* 5: 13-34. doi:10.2436/20.3001.02.71.

³ Todorova, Maria. 2015. 'Is There Weak Nationalism And Is It A Useful Category?'. *Nations And Nationalism* 21 (4): 681-699. doi:10.1111/nana.12112.

⁴ Weber, Max. *From Max Weber: Essays in Sociology*. Edited by H. H. Gerth and C. Mills. 1st ed. New York: Oxford University Press, 1946. 78.

⁵ Guibernau, Montserrat. 2013. 'Nationalism versus Cosmopolitanism: A Comparative Approach'. *Journal Of Catalan Intellectual History* 5: 13-34. doi:10.2436/20.3001.02.71.



Estado-Nação é então uma construção pautada pela conciliação destes dois conceitos – pela definição apontada pelo *Merriam-Webster Dictionary*, “nation-state is a form of political organization in which a group of people who share the same history, traditions, or language live in a particular area under one government”. Para que se pudesse atingir esta forma de organização, não só política mas também cultural, histórica, foi necessário um processo de *nation-building* e, nalguns contextos até de *myth-building* para que se pudessem criar noções duradouras de soberania. Num primeiro momento, estas foram as funções principais dos movimentos nacionalistas – criar um sentimento de pertença, de identidade comum, capaz de unir os diversos membros de um Estado, formando uma nação. Com um carácter optimista, romântico, criava-se uma noção de passado comum (sempre glorioso) e uma perspectiva de futuro. A nação era muitas vezes personificada, imbuída de atributos ou qualidades exclusivamente humanos, com alma, consciência, génio, carácter. A nação era a imagem do povo, um laço intangível capaz de unir os cidadãos de determinado Estado.⁶

O nacionalismo não é então um movimento exclusivamente chauvinista, xenófobo ou isolacionista; tem também uma componente benéfica e, a nível psicológico, fundamental na manutenção da autoridade de um Estado sobre os seus cidadãos. Contudo, a investigação científica tem sido muito mais virada para os casos extremos de nacionalismo, sejam eles o nazismo, o fascismo, os genocídios... Após a Segunda Guerra Mundial, muitos autores consideraram que o nacionalismo se teria mantido nalguns países, como por exemplo na Europa de Leste, mas apenas no sentido de manutenção do *status quo*, e não com uma vertente expansionista ou profundamente isolacionista, desaparecendo por completo na grande generalidade do mundo ocidental. Será este tipo de assunção exacto?

Maria Todorova apresenta um argumento mais forte do que o do simples desaparecimento de movimentos nacionalistas na civilização ocidental. Para esta autora, o nacionalismo não deve ser encarado como uma dicotomia entre fraco e forte, mas antes como uma escala de intensidades. Assim, nas auto-denominadas “nações sem nacionalismo”, pode ainda considerar-se a existência de um tipo de nacionalismo mais fraco, não-beligerante, “democrático”, que se estende aos contornos mais banais do dia-a-dia, como a própria existência de dias nacionais⁷ – que, geralmente, simbolizam a independência do país em relação a outra qualquer entidade – ou a exortação de heróis nacionais.⁸

⁶ García García, Juan. 2015. 'Nación, Sujeto Y Psique: La Construcción Psicológica Del Nacionalismo'. *Athenea Digital* 15 (1). doi:10.5565/rev/athenea.1606.

⁷ Todorova, Maria. 2015. 'Is There Weak Nationalism And Is It A Useful Category?'. *Nations And Nationalism* 21 (4): 681-699. doi:10.1111/nana.12112.

⁸ Observando o exemplo português, podemos considerar a celebração de dois feriados distintos – o 1 de Dezembro, Restauração da Independência, marcando o fim do período de governação espanhola; e o 10 de Junho, Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas – como, no fundo, símbolos de um orgulho nacional que poderá ser enquadrado na tipologia apresentada por Todorova de “nacionalismo fraco”.



O exemplo mais flagrante deste tipo de movimento é a noção de “excepcionalismo americano”. Este tipo de ideologia, presente nos EUA desde o estabelecimento das primeiras colónias puritanas, baseia-se na ideia de que o povo americano foi de alguma forma “eleito” por uma entidade superior, devendo por isso expandir a sua influência ao resto do mundo. Tendo como função primordial a formação de uma nação a partir de uma população bastante heterogénea, em grande parte emigrante de vários países europeus, esta ideia de excepcionalismo é fundamentalmente uma expressão nacionalista – ainda que os norte-americanos prefiram uma designação um pouco distinta, a de patriotismo⁹ - contribuindo para a demarcação dos EUA em relação ao resto do mundo.¹⁰ Este tipo de pensamento encontra-se ainda bastante presente, por exemplo, a nível da retórica presidencial, contribuindo para a consolidação da tese que aponta para a existência de movimentos nacionalistas fracos na contemporaneidade, em países ocidentais.

III – Nacionalismo e Desafios Contemporâneos

Aceitando a tese apresentada anteriormente acerca da possibilidade de existência de um nacionalismo mitigado, compatível com os ideais democráticos, resta talvez analisar a possibilidade de convivência entre este tipo de nacionalismo e alguns desafios contemporâneos, maioritariamente provenientes da globalização e tendo por base ideais cosmopolitas¹¹, dos quais é exemplo a própria União Europeia.

Vivemos verdadeiramente, e cada vez mais, numa Aldeia Global. O mundo não é mais um conjunto de Estados num permanente Estado de Natureza Hobbesiano, não existe já uma luta de todos contra todos – ou, existindo, terá sido apaziguada por organizações internacionais como as Nações Unidas. A Ordem Mundial tornou-se infinitamente mais complexa do que era há um século atrás, principalmente com o intuito de evitar que a exponenciação dos nacionalismos resultasse novamente em situações catastróficas como o Holocausto.

Institucionalmente, grandes esforços têm sido feitos para permitir a emergência de ideais morais mais cosmopolitas, que incidam na defesa dos Direitos Humanos e na garantia de que os indivíduos beneficiem do mesmo tipo de prerrogativas, independentemente da sua origem.¹² Organizações como as Nações Unidas, o Tribunal Penal Internacional, ou até a União Europeia, provam

⁹ Há quem distinga entre os dois conceitos – “nacionalismo” e “patriotismo” – pelo facto de um deles apelar ao ódio pelas outras nações, enquanto o outro apenas apela ao amor pela própria nação, o que não constitui uma distinção particularmente válida ou comprovada. Neste sentido, considera-se aqui que ambas as designações apontam para um mesmo significado.

¹⁰ Croucher, Sheila. 2014. 'From World Citizenship To Purified Patriotism: Obama'S Nation-Shaping In A Global Era'. *Identities* 22 (1): 1-18. doi:10.1080/1070289x.2014.969270.

¹¹ Não entrando em distinções pormenorizadas e adoptando uma perspectiva geral, o cosmopolitismo defende a existência de uma comunidade entre todos os seres humanos, independentemente das suas filiações sociais e políticas.

¹² Guibernau, Montserrat. 2013. 'Nationalism versus Cosmopolitanism: A Comparative Approach'. *Journal Of Catalan Intellectual History* 5: 13-34. doi:10.2436/20.3001.02.71.



que estamos longe do cenário em que o Estado-Nação correspondia ao principal, e muitas vezes único, actor das Relações Internacionais. Estarão os Estados-nação a ser cosmopolitizados?

A resposta a esta pergunta é complexa, e poderá seguir nos dois sentidos. Se, por um lado, os ideais de soberania permanecem, em grande parte, ligados à ideia de Estado, por outro temos vários exemplos em que podemos confirmar que o transcendem em certa medida. As interdependências crescentes associadas a um processo de globalização económica e tecnológica tornam difícil a manutenção de um certo isolacionismo estatal, sendo muitas vezes esta uma força coercitiva que transforma os Estados muitas vezes contra a sua vontade, e até para além da sua consciência. A cosmopolitização não é então um acto voluntário e racional, mas mais uma inevitabilidade da evolução do Sistema Internacional.

Analisando o exemplo da União Europeia enquanto instituição supranacional que ultrapassa a soberania clássica estatal, é fácil compreender a tensão existente entre estes dois princípios. Se por um lado a visão cosmopolita defende uma integração europeia mais profunda, com mais níveis de poder relegados para um governo superior aos Estados, a visão nacionalista, que apesar de não reacionária continua a ser bastante forte, tem vindo a contrariar o avanço da integração, reclamando a soberania para os Estados – principalmente aqueles com uma importância e dimensão histórica superiores – e não para a União. O estalar da crise económica e financeira no início do século XXI veio apenas aprofundar esta fissura – a União Europeia falhou numa das suas promessas, a de prosperidade económica, e a recuperação, para além de problemática, tem vindo a derrubar os ideais de solidariedade que, em teoria, estariam na base da construção europeia.

A nível institucional, é claro que nos últimos anos se tem feito um esforço cada vez maior em direcção a uma ordem mais cosmopolita, – num sentido geral, e não no sentido de criação de um único Estado mundial – contudo, estarão as percepções dos indivíduos a acompanhar essa tendência?

Como analisámos na secção anterior, o nacionalismo é um movimento com uma forte componente psicológica, com um impacto na identificação, na identidade de cada indivíduo. O apelo forte do Estado-nação não passa apenas pelas suas competências administrativas, ou pela sua capacidade de proporcionar segurança e bem-estar – a ideia romântica de identidade, de pertença, contribui em grande medida para a sua manutenção como actor de destaque por entre os séculos.

Poderemos falar da existência de, por exemplo, uma identidade europeia? Apesar de não ser descabido fazê-lo, a natureza desta identidade é fundamentalmente não-emocional. Obviamente, para os principais propulsores da construção europeia, os motivos para a mesma foram bastante emotivos, tendo em conta principalmente os antecedentes em que esta tomou lugar – as



duas grandes guerras que devastaram o continente europeu e deixaram no ar um ambiente de desconfiança e animosidade. Sendo vivida intensamente por estes poucos indivíduos, a natureza romantizada da identidade europeia não tem conseguido chegar às massas com o mesmo impacto que a pertença nacional.¹³

Certos autores defendem a existência de um “nacionalismo europeu”¹⁴, recorrente ao mesmo tipo de mecanismos do nacionalismo tradicional – a exortação do passado, por exemplo, para a construção de um sentido comum de pertença. Neste caso, esta reflexão histórica é feita num sentido negativo – o passado não foi glorioso, foi marcado pelo conflito, tornando-se o projecto europeu fundamental para evitar a sua replicação no futuro. Apesar do peso racional destas tentativas, as diferenças entre os vários Estados que constituem a União Europeia – económicas, culturais, étnicas – fazem com que este tipo de construção se revele sempre relativamente fraca.

A União Europeia, no fundo, peca pela falta de especificidade do seu discurso. Não querendo melindrar os Estados que a constituem, não força um aumento da integração; contudo, é impossível para qualquer Estado permanecer na União Europeia e querer, simultaneamente, manter os mesmos níveis de soberania. Nas palavras de Erika Harris, “The EU cannot be both: it cannot offer the new future while pretending the old nation-state with all its assumptions from a different era will stay intact.”¹⁵

V – Considerações Finais

O objectivo deste pequeno ensaio não foi de todo o de realizar um estudo intensivo e pormenorizado acerca da existência de movimentos nacionalistas na contemporaneidade, mas antes apresentar uma reflexão acerca deste tipo de temáticas que, pela sua actualidade, permanecem relevantes, ainda que pouco exploradas. O nacionalismo não é um fenómeno extinto, nem necessariamente negativo, tendo sido rotinizado nos países Ocidentais com o intuito de promover sensações de pertença e de coesão dentro dos Estados.

O nacionalismo é imperativo na manutenção de um Estado – é a identificação dos indivíduos com uma “nação” que a mantém coesa. Enquanto existirem Estados, o nacionalismo também existirá, não é esse o desafio que se avizinha. O Estado-nação tem sido desde há muito tempo a principal medida de organização de comunidades humanas e a recorrente transmissão da sua soberania para Organizações Internacionais que o transcendem leva obviamente à formulação

¹³ Harris, Erika. 2011. 'Nation-State And The European Union: Lost In A Battle For Identity'. *Politička Misao* 48 (2): 91-109.

¹⁴ Wellings, Ben, and Power, Ben. 2015. 'Euro-Myth: Nationalism, War And The Legitimacy Of The European Union'. *National Identities*, 1-21. doi:10.1080/14608944.2015.1011110.

¹⁵ Harris, Erika. 2011. 'Nation-State And The European Union: Lost In A Battle For Identity'. *Politička Misao* 48 (2): 91-109.



de algumas questões – estaremos perante o início da obliteração do Estado-nação enquanto unidade fundamental de organização e, mais importante, de identidade?

Se nos focarmos na concepção maioritariamente psicológica de Estado-Nação enquanto forma de identificação pessoal, tal não é previsível. Não existe qualquer Organização Internacional, nem mesmo a União Europeia, capaz de promover sentimentos e emoções do mesmo calibre e do mesmo alcance das exploradas pelos Estados nacionais, o que faz com que a sua soberania, ainda que institucionalmente regularizada, seja constantemente contestada pelos cidadãos.

Não se pretende com isto dizer que a aposta em ideais cosmopolitas, nomeadamente ao nível da defesa dos Direitos Humanos a nível global, por exemplo, seja desprovida de importância. Esta aposta faz todo o sentido num mundo cada vez mais interligado e interdependente, apenas não é incompatível com a organização internacional tradicional, o Estado-Nação, que, apesar de ter perdido alguma da sua relevância, não é, pelo menos por agora, passível de substituição.

OBSERVATÓRIO POLÍTICO

Rua D. Luís de Noronha – nº35 R/C

1050-071 Lisboa PORTUGAL

Tel. (00351) 21 820 88 75

Geral@observatoriopolitico.pt

Para citar este trabalho/ To quote this paper:

DIAS, Ana Rita. «Nacionalismo e desafios contemporâneos», *Working Paper #58*, Observatório Político, publicado em 16/12/2015, URL: www.observatoriopolitico.pt

Aviso:

Os working papers publicados no sítio do Observatório Político podem ser consultados e reproduzidos em formato de papel ou digital, desde que sejam estritamente para uso pessoal, científico ou académico, excluindo qualquer exploração comercial, publicação ou alteração sem a autorização por escrito do respectivo autor. A reprodução deve incluir necessariamente o editor, o nome do autor e a referência do documento. Qualquer outra reprodução é estritamente proibida sem a permissão do autor e editor, salvo o disposto em lei em vigor em Portugal.